



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/01/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 01

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/01/2014

ATA Nº 01

----- Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

--- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 30 de dezembro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

----- RESUMO DIÁRIO DE TESOOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 30 de dezembro de 2013, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

--- De operações orçamentais: 1.241.239,41€ (mil duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e nove euros e quarente e um centimos); -----

--- De operações não orçamentais: 284.351,29€ (duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta e um euros e vinte e nove centimos), num total de: 1.535.484,45 €. --

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, foi designado para integrar a Mesa da Assembleia Geral da AIRC - Associação de Informática da Região Centro; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, decorreu no passado sábado, dia 11, em Pampilhosa da Serra, um almoço-convívio da Real Confraria do Maranho. Formulou votos para que esta Instituição rejuvenesça e crie uma dinâmica diferente daquela que tem seguido até agora. -----

----- Que, hoje vai realizar-se o encontro interpares de futebol de salão, uma iniciativa que tem por objetivo juntar os funcionários da Câmara num convívio amigável, para o ato de reabertura do Pavilhão Gimnodesportivo do Município, que está completamente renovado. -----

----- Que, o Salão Nobre da Câmara Municipal está ser intervencionado, no sentido de colocarmos naquele espaço as fotografias dos anteriores Presidentes de Câmara do nosso Município, bem como um painel informativo de outros Presidentes de que temos conhecimento que antecederam estes, mas dos quais não temos fotografia. -----

----- Que, vamos estar presentes na FITUR - Feira Internacional de Turismo em Madrid, com a nossa equipa ligada ao Turismo, no sentido de, por um lado termos contacto com toda aquela dinâmica turística internacional e por outro lado também proporcionar contactos diferentes ao Villa Pampilhosa Hotel, com um acompanhamento muito mais forte por parte do Turismo Centro de Portugal, tendo já sido articulado com o Dr. Pedro Machado no sentido de orientar a nossa visita e esclarecer algumas dinâmicas que são próprias de quem está por dentro deste setor e que é conveniente irmos acompanhando. A Feira terá lugar de 21 a 23 de janeiro e nós estaremos presentes no dia 22. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1 - Proposta do Sr. Presidente

- Protocolo de Cooperação com a SERRA DO AÇOR - Associação de Desenvolvimento Regional

----- Pelo Sr. Presidente foi proposto celebrar Protocolo de Cooperação com a SERRA DO AÇOR - Associação de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de estabelecer as medidas de cooperação e apoio, entre aquela Associação e o Município de Pampilhosa da Serra, tendo em vista a implementação das ações preconizadas no Plano de Ação do PMDFFCI de Pampilhosa da Serra e execução dos trabalhos a elas inerentes, à semelhança do elaborado no ano transato. Dever-se-á destacar neste âmbito, a regularização da plataforma de acesso, retificação do traçado da rede viária florestal, a fim de suavizar curvas ou excesso de inclinação, limpeza e manutenção da mesma, construção ou



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

beneficiação de valetas, realização de ações de correção torrencial na rede viária florestal do concelho de Pampilhosa da Serra durante o ano de 2014.-----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, determinar -----
----- a produção de efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2014, -----
----- conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar, e -----
----- designar um responsável pelo acompanhamento do presente Protocolo, que será a Eng^a Sandra Custódio. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.1.1 - Cancelamento de caução - Serras & Lendas, Ld^a

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos da Autarquia, sobre o assunto supra, de cujo teor a Câmara Municipal tomou conhecimento e, após análise, deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Releva a falta dos bens móveis constantes do Anexo ao Termo de Entrega, por serem utensílios e mobiliário de desgaste rápido, atento o seu uso diário, pelas mais diversas pessoas, ao longo de mais de dois anos; sendo que os danos apresentados nalguns bens móveis derivam, naturalmente, de deteriorações inerentes a uma normal utilização dos mesmos. -----

----- Mais deliberou ordenar o cancelamento da garantia bancária constituída, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), operação nº 0582.001857.393 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, atento o cumprimento integral do estipulado no Acordo de Pagamento em Prestações, celebrado com a sociedade comercial em questão, atenta a deliberação tomada em reunião de Câmara de 29/01/2013. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Cedência de Equipamentos de Ginástica Desportiva ao Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada - Protocolo de Cooperação

----- Foi presente a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada, que



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

tem por objeto, a cedência, gratuita, ao A.E.P.S., que aceita, a utilização dos equipamentos desportivos a seguir descritos (no estado de usados), que o A.E.P.S. afetará exclusivamente ao funcionamento de atividades gímnicas, a desenvolver no espaço escolar afeto ao A.E.P.S, pelo prazo de dez anos, a contar da data da assinatura do presente Protocolo: -----

----- 1 - Aparelho de Barras Paralelas Simétricas - nº de Inventário: 229; -----

----- 1 - Aparelho de Barras Paralelas Assimétricas - nº de Inventário: 231; -----

----- 1 - Trave Olímpica - nº de Inventário: 230; -----

----- 1 - Plinto Madeira - nº de Inventário: 226; -----

----- 1 - Aparelho de Barra Fixa - nº de Inventário: 228; -----

----- 1 - Bock - nº de Inventário: 227. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta de Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - 4º Passeio Pedalar Pelo Interior, de Cicloturismo Pinhais do Zêzere

- Protocolo de Cooperação

----- Foi presente a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, que tem por objeto a transferência para aquela Associação, da importância de 1.500,00 € (mil e quinhentos Euros), destinada a compartilhar os custos decorrentes da realização do 4º Passeio Pedalar Pelo Interior, de Cicloturismo Pinhais do Zêzere, que decorreu no dia 27 de outubro de 2013. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta do Protocolo em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.4 - 8º Concurso Gastronómico Pinhais do Zêzere

- Protocolo de Cooperação

----- Foi presente a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, que tem por objeto a transferência para aquela Associação, da importância de 750 € (setecentos e cinquenta Euros), destinada a compartilhar os custos decorrentes da realização do VIII Concurso Gastronómico Pinhais do Zêzere, que decorreu nos meses de outubro e novembro de 2013.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta do Protocolo em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.5 - Candidatura à adjudicação de lote na Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- Considerando que deu entrada nos serviços da autarquia (em 02/01/2014, com reg. nº 024) uma candidatura à adjudicação de Lotes da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, subscrita pelo Senhor José Antunes Martins, em representação da sociedade por quotas denominada Lenda da Beira - Aguardente de Medronho Unipessoal Lda., cumpre informar o seguinte: -----

----- A sociedade em causa tem como objeto a cultura de frutos em árvores e arbustos, nomeadamente medronho. Fabricação de aguardente de medronho. Produção de licores e outras bebidas destiladas. Destilação de diversos fermentados de frutos, bem como, comércio de artigos e produtos regionais (C.A.E.: 11011-R3). -----

----- Pretende instalar/desenvolver na Zona Industrial do Alto das Aldeias atividade de "fabricação de aguardentes, em especial de medronho, bem como licores e derivados do medronho. Comercialização de produtos regionais, com marca própria, direcionados para o mercado internacional". -----

----- Para o efeito considera necessária para o normal desenvolvimento da atividade uma área coberta de 870 m² e descoberta de 1.600 m². Mais refere na candidatura que irá proceder à criação de uma nova empresa, e que pretende criar dois postos de trabalho, um a afetar à área da produção e outro a afetar à área administrativa. -----

----- Relativamente ao total do investimento a efetuar estima que o mesmo atinja os 250.000,00€ em obras de construção de armazém e destilaria e aquisição de equipamentos necessários ao total e correto funcionamento das instalações. -----

----- Junta para o efeito cópia do cartão do cidadão, de certidão permanente, de cartão de empresa, de certidão de inexistência de dívidas à Fazenda Pública, à Segurança Social e ao Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Termos em que, -----
----- atento o disposto no Regulamento para Adjudicação dos Lotes Industriais da Zona Industrial do Alto das Aldeias - Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 07/02/2001 e em Assembleia Municipal de 24/02/2001, informa-se que: -----

----- O Regulamento supra (anexo à presente Informação) determina "os princípios que presidirão à adjudicação, pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, dos Lotes da Zona Industrial do Alto das Aldeias, propriedade da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra". -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Sendo certo que, as candidaturas são as intenções de investimento minimamente fundamentadas que solicitem a adjudicação de um ou mais Lotes, dirigidas à Autarquia e que, não obedecendo a nenhum formalismo especial, devem mencionar: a identificação dos interessados, a atividade que se propõe desenvolver, o número de postos de trabalho que se pretende criar, o investimento previsível e outros elementos que entenda relevantes e que possam influir na localização pretendida. Pelo que, neste ponto, parece que a candidatura em apreço cumpre o disposto no Regulamento em questão. -----

----- Relativamente ao Processo de Adjudicação, dispõe o Regulamento em questão que é a Câmara Municipal que compete apreciar e decidir a adjudicação dos Lotes em causa. -----

----- Mais dispõe que, as candidaturas "serão objeto de apreciação pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal, que fará a instrução dos processos de candidaturas e emitirá parecer não vinculativo acerca de cada uma das candidaturas e da localização proposta, atendendo aos seguintes fatores: -----

----- - atividade que se propõe instalar, número de postos de trabalho, total do investimento que se propõe efetuar e complementaridade da atividade com outras atividades económicas e/ou produtos endógenos com preponderância no concelho. -----

----- Sendo que, "cada um dos fatores referidos será objeto de uma avaliação fundamentada, tendo em consideração uma escala de 1 a 5" -----

----- Neste ponto, considerando que os Serviços Jurídicos foram incumbidos de instruir o processo de candidatura, não havendo uma tabela/grelha com dados objetivos para se atribuir qualquer avaliação à candidatura em causa, julga-se não se poder fundamentar qualquer avaliação que pudesse ser feita. -----

----- No que ao disposto nas alíneas b) e c) do nº 1 do Regulamento diz respeito, parece não ser de considerar por não se tratar de uma deslocalização de atividade industrial, comercial ou serviços já instalada no concelho. Tudo indica que se trata da criação de uma nova sociedade comercial e a respetiva instalação, e transferência de sede, na Zona Industrial do Alto das Aldeias. -----

----- No que respeita à alínea d), verifica-se que a sociedade candidata anexou (já) ao requerimento de candidatura certidões de inexistência de dívidas às entidades mencionadas, cumprindo na íntegra aquela disposição regulamentar. -----

----- Mais se informa que, por consulta à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, está em curso o processo de licenciamento para instalação da atividade industrial em causa, sendo que a compatibilidade com o disposto no Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pampilhosa da Serra, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2002, publicada no D.R., I Série-B, nº 61, de 13 de março de 2002, é analisada no âmbito dos respetivos processos nºs 27/2012 e 28/2012. -----

----- Informa-se, ainda, que dos Lotes existentes na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, o Município (ainda) é proprietário do Lote nº 5 (inscrito na matriz sob o artigo nº 3209 e descrito sob a ficha nº 5984, da freguesia de Pampilhosa da Serra, com a área total de 2.809 m2) e do Lote nº 11 (inscrito na matriz sob o artigo nº 3215 e descrito sob a ficha nº 5990, da freguesia de Pampilhosa da Serra, com a área total de 2.761 m2) -----

----- Pelo exposto, -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Considerando que “a Câmara Municipal enquanto promotora da Zona Industrial e proprietária dos Lotes, através do Executivo Camarário, é a entidade a quem compete apreciar e decidir a adjudicação dos lotes em causa”; -----

----- Tendo em conta que o Regulamento em causa dispõe que: -----

----- “ O resultado da instrução das candidaturas efetuada pelo Gabinete Técnico, bem como a intenção do Executivo Camarário no tocante às candidaturas selecionadas e à adjudicação de cada um dos lotes será comunicada a todos os interessados para que estes se possam pronunciar sobre o projeto de decisão. -----

----- A decisão final de atribuição dos Lotes será comunicada aos interessados e notificada aos adjudicatários. -----

----- A adjudicação de um ou mais lotes aos interessados implicam o compromisso de investimento destes, nos termos da respetiva carta de intenção de investimento.” -----

----- e que não foi aberto concurso para adjudicação de qualquer um dos lotes, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, depois de analisada a candidatura, deixa-se à consideração do Órgão Executivo Camarário a adjudicação de um lote de terreno na Zona Industrial do Alto das Aldeias, à sociedade comercial requerente, nos precisos termos e condições constantes do Regulamento em questão, nomeadamente no que respeita ao prazo de inalienabilidade, de instalação/construção, de criação de postos de trabalho,... -----

----- A Câmara Municipal, face à informação dos Serviços Jurídicos, tendo em conta que a candidatura reúne todos os requisitos constantes do Regulamento para Adjudicação dos Lotes Industriais da Zona Industrial do Alto das Aldeias – Pampilhosa da Serra, e que o Município de Pampilhosa da Serra, no âmbito das suas atribuições e competências, administrando um território dos mais desertificados e pobres do país, deverá continuar a incentivar e apoiar todas as iniciativas privadas (que infelizmente são escassas), com vista ao desenvolvimento económico do concelho, através da criação de postos de trabalho; -----

----- Tendo em conta que, num contexto nacional em que a maioria das pequenas empresas situam-se no limiar do encerramento, por não terem suporte e capacidade de sustentabilidade económica de, por si só, manterem a sua atividade laboral, a candidatura ora em análise (e o projeto de investimento inerente) deverá ser atendida, pelo investimento empresarial no concelho e, conseqüentemente, o interesse municipal que aporta, pelo que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar o Lote nº 11, inscrito na matriz sob o artigo 3215 e descrito sob a ficha nº 5990, da freguesia de Pampilhosa da Serra, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, à sociedade Lenda da Beira – Aguardente de Medronho Unipessoal, Lda, para os fins constantes da presente candidatura e nos precisos termos e condições constantes do Regulamento em questão. ---

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a competente escritura / título de compra e venda e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. ---

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.6 - Arrendamento da Fração A do Pavilhão, sito na Zona Industrial de Portela de Unhais

----- Foi presente um requerimento subscrito por Élia Madalena Maia Pereira, datado de 27/12/2013, com o reg. Nº 5343, a solicitar a prorrogação do prazo para efetivação do contrato de arrendamento, a celebrar com o Município de Pampilhosa da Serra, respeitante à fração A do Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais, uma vez que ainda não lhe foram assegurados, por parte de outras entidades, elementos de que necessita para aquele efeito. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, na qual se infere: "(...) ultrapassado que foi o prazo de 10 dias referido na Cláusula 14ª das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do Pavilhão em questão, tendo em conta que é a Câmara Municipal que competirá fixar a data para a celebração do contrato de arrendamento, sugere-se que o pedido da adjudicatária seja apreciado em sede de reunião do órgão executivo autárquico." -----

----- A Câmara Municipal, face à Informação dos Serviços Jurídicos e após análise, deliberou por unanimidade, conceder um prazo de 90 dias, eventualmente prorrogável, para efetivação do referido contrato de arrendamento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.7 - Aceitação de Doação - Proposta do Sr. Presidente

----- Tendo em vista a descentralização, flexibilização e aproximação dos serviços públicos do Município de Pampilhosa da Serra, à população do concelho, foram implementados diversos Ponto + nas respetivas freguesias. -----

----- Considerando que, especificamente no que respeita ao Ponto + da Freguesia de Dornelas do Zêzere, foi necessário identificar um imóvel para afetar à instalação e funcionamento dos serviços a que o Ponto + de Dornelas do Zêzere está adstrito, concluiu-se que o artigo urbano nº 293 da freguesia de Dornelas do Zêzere serviria, plenamente, tais propósitos. -----

----- Dos contactos havidos identificaram-se os comproprietários do prédio em questão, tendo sido estabelecido acordo no sentido de tal prédio ser afeto aos fins prosseguidos pelo Município. Porém, nunca se formalizou a respetiva escritura notarial em virtude de o prédio se encontrar em compropriedade, o que tornou difícil a reunião da documentação necessária à celebração do respetivo título. -----

----- Após as avaliações gerais à matriz predial urbana ocorridas a nível nacional, todos os imóveis sofreram alteração no seu valor patrimonial, e este não foi exceção. Por tal



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

facto, fui contactado pelos comproprietários do prédio em questão, no sentido de se proceder à formalização da escritura de doação, pois tal prédio estaria já na posse do Município. -----

----- Face ao exposto, reunidos que estão os documentos necessários à celebração da escritura de doação da quota-parte do artigo urbano nº 293 da Freguesia de Dornelas do Zêzere, pertencente à herança aberta por óbito de José Dias da Silva NIF: 709114664 e em virtude de ser desígnio dos representantes da herança doá-lo ao Município de Pampilhosa da Serra, **proponho que a Câmara Municipal aceite a doação da correspondente quota-parte, a benefício de inventários, nos termos da al. j) do nº 1 do artº 33 da Lei nº 75/2013, de 12/09.** -----

----- Proponho ainda, que a Câmara Municipal aceite a doação a **benefício de inventário, nos termos da al. j) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, da outra quota-parte do artigo urbano nº 293 da Freguesia de Dornelas do Zêzere, pertencente à herança aberta por óbito de Manuel Dias Martins NIF: 707574331, em virtude de ser desígnio dos representantes da herança doá-lo ao Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar as respetivas escrituras/títulos de doação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- Mais deliberou por unanimidade conferir-lhe poderes para outorgar as respetivas escrituras/títulos de doação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.8 - Contrato-Programa de Desenvolvimento Educativo, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial do Concelho de Pampilhosa da Serra

----- No âmbito do Contrato-Programa de Desenvolvimento Educativo, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial do Concelho de Pampilhosa da Serra, que estabelece medidas de cooperação e apoio entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação de Desenvolvimento Pinhais do Zêzere e dos objetivos nele preconizados, foi presente o Relatório elaborado por ambos os contratantes, em cumprimento do disposto no número 1 do artigo 7º do referido Contrato Programa, onde constam as várias áreas de atuação e consequentemente as várias ações concretizadas no Concelho de Pampilhosa da Serra, no que ao desenvolvimento educativo, cultural, turístico e de marketing territorial diz respeito, no ano 2012. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do Relatório e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PÚBLICAS

3.1.1 - Revisão de preços definitiva

- Empreitada: Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I. de Pampilhosa da Serra
- Adjudicatário: Argoconstrutora, Construção Civil, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 03/01/2014, os serviços técnicos de obras deste Município verificaram que ainda não havia sido efetuada a revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, não obstante a receção provisória ter ocorrido em 27/01/2012. -----

----- Aquando da elaboração da conta final da empreitada, os valores referentes à revisão de preços não foram incluídos ou considerados. -----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 382º do Código dos Contratos Público, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro. -----

----- Na cláusula 4ª do contrato de empreitada celebrado a 10/03/2010 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada. -----

----- Nos termos no n.º 1 do artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto-Lei nº 6/2004, de 06 de janeiro. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações:

- i: Quando existam reclamações ou acertos pendentes; -----
- ii: Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----
- iii. Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- Assim e atento o atrás referido, verifica-se que a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais, devendo ser feita atualmente a citada revisão.-

----- Depois de efetuados os cálculos referentes à revisão de preços, que se apresentam em anexo, apurou-se um valor total a pagar ao adjudicatário, 13,100,66 (treze mil, cem euros e sessenta e seis cêntimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos, entende-se que o valor de 13.100,66 € (treze mil, cem euros e sessenta e seis centimos), acrescido de IVA, poderá ser pago. À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 – Revisão de preços definitiva

- Empreitada: Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I. de Portela de Unhais

- Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 03/01/2014, os serviços técnicos de obras deste Município verificaram que ainda não havia sido efetuada a revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, não obstante a receção provisória ter ocorrido em 03/10/2011. -----

----- Aquando da elaboração da conta final da empreitada, os valores referentes à revisão de preços não foram incluídos ou considerados. -----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 382º do Código dos Contratos Público, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro. -----

----- Na cláusula 4ª do contrato de empreitada celebrado a 10/03/2010 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada. -----

----- Nos termos no n.º 1 do artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto-Lei nº 6/2004, de 06 de janeiro. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: ---

i: Quando existam reclamações ou acertos pendentes; -----

ii: Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----

iii. Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- Assim e atento o atrás referido, verifica-se que a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais, devendo ser feita atualmente a citada revisão.

----- Depois de efetuados os cálculos referentes à revisão de preços, que se apresentam em anexo, apurou-se um valor total a pagar ao adjudicatário, 16.314,54 (dezasseis mil trezentos e catorze euros e cinquenta e quatro centimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado. -----

----- Nestes termos, entende-se que o valor de 16.314,54 € (dezasseis mil trezentos e catorze euros e cinquenta e quatro centimos), acrescido de IVA, poderá ser pago. À consideração superior. " -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - CONCURSOS PÚBLICOS

3.2.1 - Concurso Público

Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente a Informação nº01 _Conc_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " O Município possui a infraestrutura do estádio municipal. A citada infraestrutura encontra-se dentro do prazo legal de garantia, tendo o empreiteiro sido notificado várias vezes para proceder à correção das anomalias, tendo rejeitado e optado por intentar uma ação no Tribunal Administrativo de forma a ser ilibado da responsabilidade. Perante o atrás referido o Município deliberou acionar a garantia bancária, tendo tal decisão sido validada pelo Tribunal. Atento à deterioração e ao atrás exposto, foi efetuado um projeto de reabilitação que se encontra concluído, estando-se em condições de ser aberto concurso para a reabilitação do estádio. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 150 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 355.075,90 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29 /01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 150 dias; -----

----- Caução: 5%. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra

Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informa nº 01_Conc_2014, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte: -----

----- EFECTIVOS: -----

----- Presidente – Jorge Alves Custódio; -----

----- 1º Vogal – Fernando Pereira Alves; -----

----- 2º Vogal – Luís Filipe Simões Batista; -----

----- SUPLENTES: -----

----- 1º Vogal – Pedro Tiago Sousa Santa. -----

----- 2º Vogal – Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 – Anexo à Informação de Início de Procedimento

(Elementos da solução de Obra Reabilitação do Estádio Municipal da Pampilhosa da Serra)

----- Foi presente o anexo à Informação nº01_Conc_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração os elementos e parâmetros definidos e propostas na informação de início de procedimento para a empreitada “Reabilitação do Estádio Municipal da Pampilhosa da Serra”, informo V. Exa que os elementos da solução de obra, nos termos do disposto no artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que acompanham o processo são os seguintes: -----

1) Programa de procedimento; -----

2) Projeto de Execução: -----

a. Projeto de arquitetura; -----

b. Projeto de estabilidade; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- c. Projeto da rede predial de abastecimento de água;-----
- d. Projeto da rede predial de drenagem de águas residuais; -----
- e. Projeto da rede predial de drenagem de águas pluviais; -----
- f. Projeto elétrico; -----
- g. Projeto AVAC; -----
- 3) Mapa de quantidade de trabalhos; -----
- 4) Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, de acordo com o previsto no artigo 350º do Código dos Contratos Públicos que se encontram explicitados, devidamente identificados e caracterizados no capítulo 1 do mapa de trabalhos; -----
- 5) Estudos geológicos e geotécnicos acompanhados de relatório detalhado, efetuados antes da execução da obra existente e após a sua conclusão (2008, 2010 e 2012); -----
- 6) Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição; -----
- 7) Plano de segurança e saúde em projeto. -----

----- Cada projeto de especialidade, de acordo com a listagem acima enumerada, é constituído pela memória descritiva, condições técnicas de execução e desenhos em cumprimento do disposto no artigo 19º da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho. -----

----- No que se refere aos estudos de impacto ambiental previstos na alínea c) do nº5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, entende-se não ser exigível, já que a reabilitação objeto da presente empreitada, será efetuada em edifício existente e não alterará as suas características. -----

----- O edifício onde será executada a empreitada é propriedade do Município, não havendo por isso lugar a qualquer processo expropriatório. -----

----- De igual modo, a execução da empreitada não provocará qualquer ónus ou servidão, pelo que se julga desnecessária a realização de quaisquer estudos de impacto social, cultural ou económico. -----

----- Assim, julga-se estarem reunidas as condições necessárias e suficientes para ser iniciado o procedimento de contratação pública para execução da presente empreitada. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os elementos da solução de obra referentes à empreitada de "Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.4 – Concurso Público

Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a Informação nº02 _Conc_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ O Município possui o lote nº3D do Loteamento da Quinta de S. Martinho, na vila de Pampilhosa da Serra. O Município celebrou protocolo com a ARS Centro, onde se compromete a executar um edifício destinado a Centro de Saúde no referido lote. O projeto de execução encontra-se concluído e em condições de ser aberto concurso para a sua execução. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro e pelo Decreto-lei nº149/2012 de 12 de julho. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 1.185.917,81 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29 /01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 365 dias; -----

----- Caução: 5%. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.5 – Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

- Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informa nº 02 _Conc_2014, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte: -----

----- EFECTIVOS: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Presidente – Jorge Alves Custódio; -----

----- 1º Vogal – Fernando Pereira Alves; -----

----- 2º Vogal – Luís Filipe Simões Batista; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal – Pedro Tiago Sousa Santa. -----

----- 2º Vogal – Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.6 – Anexo à Informação de Início de Procedimento (Elementos da solução de Obra_Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra)

----- Foi presente o anexo à Informação nº02 _Conc_2014 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração os elementos e parâmetros definidos e propostas na informação de início de procedimento para a empreitada “Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra”, informo V. Exa que os elementos da solução de obra, nos termos do disposto no artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que acompanham o processo são os seguintes: -----

- 1) Programa de procedimento; -----
- 2) Projeto de Execução: -----
 - a. Projeto de arquitetura; -----
 - b. Projeto de arranjos exteriores; -----
 - c. Projeto de estabilidade; -----
 - d. Projeto da rede predial de abastecimento de água; -----
 - e. Projeto da rede predial de drenagem de águas residuais domésticas; -----
 - f. Projeto da rede predial de drenagem de águas pluviais; -----
 - g. Projeto de condicionamento acústico; -----
 - h. Projeto elétrico; -----
 - i. Projeto AVAC; -----
 - j. Projeto de elevador; -----
 - k. Projeto de gases medicinais; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- l. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- m. Projeto SADI; -----
- n. Projeto ITED; -----
- o. Projeto de Sinalética; -----
- 3) Mapa de quantidade de trabalhos; -----
- 4) Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, de acordo com o previsto no artigo 350º do Código dos Contratos Públicos que se encontram explicitados, devidamente identificados e caracterizados no capítulo 1 do mapa de trabalhos; -----
- 5) Levantamento topográfico de acordo com os elementos do projeto de execução; -----
- 6) Estudos geológicos e geotécnicos acompanhados de relatório detalhado; -----
- 7) Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição; -----
- 8) Plano de segurança e saúde em projeto. -----
- Cada projeto de especialidade, de acordo com a listagem acima enumerada, é constituído pela memória descritiva, condições técnicas de execução e desenhos em cumprimento do disposto no artigo 19º da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho. -----
- No que se refere aos estudos de impacto ambiental previstos na alínea c) do nº5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, entende-se não ser exigível, já que a construção objeto da presente empreitada, será efetuada em área sujeita a loteamento eficaz e cumpre com todos os parâmetros e regras definidas no citado instrumento de gestão territorial. -----
- O lote onde será executada a empreitada é propriedade do Município, não havendo por isso lugar a qualquer processo expropriatório. -----
- De igual modo, a execução da empreitada não provocará qualquer ónus ou servidão, pelo que se julga desnecessária a realização de quaisquer estudos de impacto social, cultural ou económico. -----
- Assim, julga-se estarem reunidas as condições necessárias e suficientes para ser iniciado o procedimento de contratação pública para execução da presente empreitada. -----
- À consideração superior." -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os elementos da solução de obra referentes à empreitada de "Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra". -----
- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 - Bolsas de Estudo - Ano Letivo 2013/2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- " No âmbito das candidaturas para a bolsa de estudo do ano letivo de 2013/2014 e no seguimento do Regulamento das Bolsas de Estudo publicado em Diário da República a 10 de dezembro de 2008, venho por este meio remeter as 12 candidaturas apresentadas pelos jovens residentes no concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, tendo em conta a reunião da Comissão de análise das Bolsas de Estudo, cumpre-me informar que as mesmas se encontram em conformidade, tendo todas um parecer favorável. -----

----- Junto se anexa listagem com os alunos candidatos e respetivos valores a serem pagos, bem como cópia da ata da Comissão de análise. À consideração superior." -----

Nº	Nome	Morada	Média	Valor a pagar
1	Ana Margarida de Jesus Gonçalves	Estrada do Pombal, nº 17 3320-165 Pampilhosa da Serra	14,2	200,00€ + 100,00€ = 300,00€ x 3 meses = 900,00€
2	Catarina Patrícia Simão dos Santos Marques	Moninho 3320-170 Pampilhosa da Serra	13,3	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€
3	André Filipe Santos Vicente	Rua da Várzea, nº 21 - Meãs 3320-364 Unhais-o-Velho	13,6	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€
4	João Pedro Monsanto Esteves	Rua Nossa Senhora dos Caminhos, nº 29 3320-053 Dornelas do Zêzere	18,6	200,00€ + 150,00€ = 350,00€ x 3 meses = 1050,00€
5	Cristiano Filipe Batista Marcelino	Aradas 3320-361 Unhais-o-Velho	13	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€
6	António Pedro Diogo Alves Albuquerque	Urb. São Silvestre, Lote 4 3320-221 Pampilhosa da Serra	16,5	200,00€ + 150,00€ = 350,00€ x 3 meses = 1050,00€
7	Eduardo Daniel Nunes Cortês	Rua do Parque Desportivo, 8 3320-222 Pampilhosa da Serra	15	200,00€ + 100,00€ = 300,00€ x 3 meses = 900,00€
8	Adriana Gonçalves Monsanto	Bairro Mineiro, s/n 3320-053 Dornelas do Zêzere	13	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€
9	Luís Filipe Casanova Sousa	Rua das Escolas, nº 4 3320-053 Dornelas do Zêzere	13	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

10	Marcelo Teodoro Gerónimo	Rua da Igreja 3320-053 Dornelas do Zêzere	14	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€
11	André Miguel Santos Pereira	Souto do Brejo 3320-112 Janeiro de Baixo	15	200,00€ + 100,00€ = 300,00€ x 3 meses = 900,00€
12	Ana Cristina Vitor Rodrigues	Carvalho 3320-157 Pampilhosa da Serra	12,9	299,00€ + 50,00€ = 250,00 x 3 meses = 750,00€

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - AÇÃO SOCIAL

4.2.1 - Atribuição de Apoio à Natalidade - "A Minha Primeira Ajuda"

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- "No seguimento do apoio que este Município tem dado a todas as crianças nascidas neste concelho desde o ano 2008 e tendo em conta que as Normas para atribuição de apoio à natalidade no concelho de Pampilhosa da Serra, aprovadas em reunião de Câmara do dia 27/11/2012 deixaram de estar em vigor no dia 01/12/2012, venho por este meio propor a continuidade do referido apoio, propondo a renovação das referidas Normas para o ano de 2013, com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de dezembro. De referir que, desde o ano 2008, já foram apoiadas 100 crianças. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

---- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




